



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
 SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

Tipo	Menor Preço
Objeto	Registro de preços para eventual aquisição de uniformes formal e operacional, necessários para o desenvolvimento das atribuições dos Técnicos Judiciários, especialidade segurança, deste Tribunal, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
Exclusivo para Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)	
SESSÃO PÚBLICA PARA FORMULAÇÃO DE LANCES	
Dia	28/06/2018
Hora	13:00 h
Local	www.comprasgovernamentais.gov.br
LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL	
Dia	Segunda a sexta-feira
Hora	Das 8h às 16h – horário de Brasília-DF
Local	Secretaria de Licitações e Contratos, situada no Fórum Trabalhista de Goiânia, à Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-22, 7º andar, Setor Bueno, Goiânia/GO – CEP: 74.215-901. Telefone: (62) 3222-5657 ou 3222-5244
Anexos	I - Termo de Referência; II – Minuta da Ata de Registro de Preços; III – Termo de Cadastro e Responsabilidade.
Retire o edital gratuitamente pelos portais: www.trt18.jus.br e www.comprasgovernamentais.gov.br	
CÓDIGO UASG: 80020	

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, neste ato representado por seu(sua) Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria TRT 18ª GP/DG/SLC nº 1900, de 4 de agosto de 2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados, em obediência ao disposto na Lei nº 10.520/2002, nos Decretos nº 5.450/2005, nº 7.892/2013, na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993, realizará licitação na modalidade **Pregão**, na **forma Eletrônica**, para **Sistema de Registro de Preços - SRP**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO	
DATA:	28/06/2018
HORÁRIO:	13:00 horas
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	www.comprasgovernamentais.gov.br
REFERÊNCIA DE TEMPO:	Horário de Brasília-DF

1 OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Registro de preços para eventual aquisição de uniformes formal e operacional, necessários para o desenvolvimento das atribuições dos Técnicos Judiciários, especialidade segurança, deste Tribunal, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

Item	Descrição	Especificações	Quant. Estimada	Valor Máximo Unitário
1	SAPATO SOCIAL MASCULINO	<p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabedal: modelo em couro macio; amarra em cadarços para melhor ajuste. • Palmilha: macia e confortável, revestida em PU macio, de fácil adaptação e maior conforto aos pés. • Capacidade para absorção de transpiração. • Forro: em couro para evitar odores e desconforto. • Solado: material em couro; dotado de sistema especial de bolsa de ar para amortecimento com salto com 3cm de 	70 unidades	R\$ 234,96

		<p>altura.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cor: preto <p>A numeração a ser fornecida será definida quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>Modelo de referência: Democrata lounge ou similar.</p>		
2	CINTO SOCIAL EM COURO 100%	Cinto esporte fino; cor preta; confeccionado em couro legítimo; costurado sem emendas; polido; fivela cromada com tratamento antiferrugem; dotado de um passante também em couro; medindo 3cm (três centímetros) de largura e comprimento total nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.	70 unidades	R\$ 56,12
3	GRAVATA	Gravata de Jacquard , 100% poliéster fio tinto; entretela dupla; forro pontilhado; comprimento padrão mundial; etiqueta de composição e de marca bordadas; comprimento mínimo de 150cm; modelo de amarrar; cor e estampa a escolher, devendo possuir design moderno.	70 unidades	R\$ 37,33
4	COSTUME	<p>Referência: Maestro Premium ou similar.</p> <p>Costume Masculino “Slim FIT ou MÉDIO”, corte italiano, composto por blazer e calça nas cores preta ou cinza com, no mínimo, os seguintes requisitos:</p> <p>Blazer com modelagem Slim Fit; confeccionado em tecido PV composto por 65% de poliéster e 35% de viscose, a fim de confortar e proporcionar sensação de bem estar. Mangas longas; três bolsos frontais embutidos, sendo dois na parte inferior fechados por lapela e um na altura do tórax com acabamento invisível, que agregue estilo e praticidade à peça clássica; fechamento frontal por 02 botões, que facilita o vestir e possibilita a variação de uso; ilhargas e flancos com possibilidade de ajustes futuros. Forro de poliviscose com 52% poliéster e 48% viscose em cor compatível com a cor do tecido principal, prega na parte traseira do forro. Forro dos bolsos em poliviscose; dois bolsos na parte interna do duque (paletó/blazer), sendo um do lado direito e outro do lado esquerdo, com forro em acabamento com mesmo tecido principal; acabamento em travete.</p> <p>Calça Social com modelagem reta, em tecido e cor idêntica à do blazer; com dois bolsos tipo faca, acabamento em travete, dois bolsos traseiros com caseados na vertical e um botão corozo em cada bolso; forro em algodão e poliéster; parte interna do cóis forrado com algodão e em cor compatível com a do tecido principal; botão interno de adaptação; sobra de 4cm de tecido no cóis e na altura do quadril para</p>	70 unidades	R\$ 499,66

		<p>ajustes futuros, se necessário; cós que abriga seis passantes finos; zíper em poliéster antiferrugem com deslizamento prático; cor idêntica à do paletó.</p> <p>As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 46 a 60.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>		
5	CAMISA SOCIAL	<p>Camisa tipo "sport fino", 100% algodão, maquetado, fio 80, com barbatana removível; manga longa; corte "slim fit", que mantenha as seguintes características: permita a transpiração do corpo; apresente propriedades térmicas; modelagem que ajuste ao corpo; boa resistência; durabilidade; baixíssimo índice de encolhimento; deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e o número do manequim, que irá variar entre 1 a 5.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>	70 unidades	R\$ 120,41
6	CALÇA OPERACIONAL	<p>Calça operacional confeccionada em tecido RIP STOP composto de 67% poliéster e 33% algodão do tipo Santista ou superior; cor preta; com proteção UV (ultra violeta) garantindo o não desbotamento. Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 38 ao 52. Modelo reta, folgada até abaixo do joelho com comprimento da cintura até a bainha, de forma a ser utilizada sobre o coturno. Costura em ponto corrente três agulhas nas pernas, entrepernas e fechamento gancho interloc. Reforço de proteção nos joelhos. Tiras de ajuste na cintura, fechamento de cós, bolsos, tampas, vista, gancho frontal e aplicação de reforço com pesponto duplo e travetes nos pontos vulneráveis (vista, passantes, canto de bolsos e junção das ilharças).</p> <p>Dotada de 08 (oito) bolsos, sendo: dois bolsos frontais, embutidos, medindo (8 x 13)cm, para celular e canivetes; dois bolsos na frente, tipo faca, com abertura de 19cm; dois bolsos laterais, tipo fole, na altura da coxa, posicionados com centro na costura lateral da perna, iniciando 22cm da base do cós, com tampa reta (7 x 18)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna, 18cm de largura, 20cm de comprimento e 3cm de fole, duas pregas paralelas distantes 4cm com profundidade de 8mm cada; dois bolsos</p>	70 unidades	R\$ 109,78

		<p>traseiros embutidos, com tampa, iniciando 5cm da base do cós, com altura de 15cm e largura de 14cm, com tampa reta (14 x 5)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna.</p> <p>A calça deverá conter dois tipos de passadores:</p> <p>a) sete unidades, medindo externamente (4,5 x 1,5)cm, sendo dois na frente, um em cada lateral e três atrás;</p> <p>b) cinco unidades medindo externamente (6 x 3)cm, permitindo passagem de cinto de até 5 cm, sendo dois na frente e três atrás; cós fixo duplo de 3,5cm, fechado por botão de 15mm; vista fechada com zíper reforçado, boca da calça com 21cm, aproximadamente.</p> <p>Os tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação e o modelo deverá ser conforme o constante do ANEXO B do Termo de Referência.</p>		
7	CINTO NÁILON PARA CALÇA TÁTICA COM BRASÃO	<p>Cinto confeccionado em correia de náilon, de forma plana, lisa e com duas ourelas, com largura de 35 mm e espessura de 2,5 mm; a fivela PRETA terá ao seu centro o BRASÃO da Segurança do TRT (ANEXO A do Termo de Referência) gravado em alto-relevo, constituindo-se de uma chapa ligeiramente abaulada e retangular confeccionada em latão preto em cujas extremidades estarão embutidas as duas presilhas em forma de mordentes; nos lados de maiores dimensões, a chapa apresentará duas dobras recortadas e com as arestas arredondadas, em cujas extremidades estarão vazados os olhais de articulação das presilhas; as presilhas são do mesmo material, constituindo-se, cada uma, de lâmina dobrada em ângulo agudo, sendo um lado recortado na forma de dentes, para aprisionar o cinto, e o outro lado servindo de alavanca; nas extremidades das presilhas, pequenas espigas se articulam à fivela; conforme modelo do ANEXO D do Termo de Referência. e comprimentos nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>	70 unidades	R\$ 22,25
8	GANDOLA	<p>Gandola confeccionada em tecido RIP-STOP 67% algodão e 33% poliéster, com proteção contra raios solares UVA e UVB; com 4 bolsos frontais com tampa, sendo 2 superiores e 2 inferiores; reforço no cotovelo; regulação de punho através de botões; botões de fechamento frontal escondidos; cor preta; modelagem padrão BDU (Battle Dress Uniform); parte alta da manga esquerda com brasão, conforme modelo do ANEXO A do Termo de Referência; manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado</p>	25 unidades	R\$ 125,49

		<p>ponto cheio; nas costas, a inscrição emborrachada "AGENTE" com 5cm na altura da fonte na cor CO M20 Y60 K20, conforme ANEXO F do Termo de Referência..</p> <p>Bolsos Frontais (medidas aproximadas): Bolso Superior: (14,5 x 15,5)cm Bolso Inferior: (18,5 x 19,5)cm</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e os tamanhos dos manequins (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>		
9	CAMISETA	<p>Camiseta produzida em malha 100% algodão com fio 30.1 penteado; acabamento em costura dupla; gola de ribana dupla com composição 96% algodão e 4% elastano; mangas curtas; cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A do Termo de Referência, nas dimensões (10 x 7,5)cm.</p> <p>As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o tamanho do manequim (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>	45 unidades	R\$ 38,83
10	CAMISA GOLA PÓLO	<p>Camisa gola Polo confeccionada em tecido malha Piquet (50% algodão e 50% poliéster), na cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A do Termo de Referência, nas dimensões (10 x 7,5)cm. Manga esquerda contendo a sigla "TRT 18ª REGIÃO", com 1 cm na altura da fonte e de cor dourada, e o logotipo do TRT conforme ANEXO C do Termo de Referência, perfazendo o conjunto as dimensões de (8 X 6)cm. Manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio. Nas costas da camisa, a escrita emborrachada "AGENTE" com 5 cm na altura da fonte, conforme ANEXO F do Termo de Referência, na cor CO M20 Y60 K20. Deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e os tamanhos dos manequins (P, M, G ou GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>	220 unidades	R\$ 47,20

1.2 O quantitativo indicado no quadro acima é meramente estimativo para aquisição pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

1.3 O preço máximo unitário que a Administração se dispõe a pagar pelo objeto desta licitação está contido na coluna "VALOR MÁXIMO UNITÁRIO" do quadro acima.

1.4 A quantidade mínima de unidades a ser cotada para os itens é a mesma contida na coluna “Quantidade Estimada” do quadro acima.

1.5 Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Esta licitação será de âmbito nacional, podendo dela participar, exclusivamente, as microempresas – ME e as empresas de pequeno porte – EPP, que cumpram os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP instituídos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que satisfaçam as condições definidas neste Edital e seus Anexos.

2.2 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.2.1 Que estejam em processo de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;

2.2.2 Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, ou ainda, cooperativas;

2.2.3 Que estejam com o direito de licitar suspenso e impedida de contratar com este Tribunal, nos termos do inciso III do art. 87, da Lei nº 8.666/1993 ou art. 28 do Decreto 5.450/2005;

2.2.4 Que tenham sido declaradas inidôneas, nos termos do inciso IV do art. 87, da Lei nº 8.666/1993;

2.2.5 Estrangeiras;

2.2.6 Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.2.7 Quaisquer interessados que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

2.2.8 Que estejam inscritas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, **restringindo a limitação às empresas inidôneas e, no que tange à suspensão, às empresas suspensas no âmbito deste Tribunal**, e na Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

3 CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

3.1 Poderão participar deste pregão as MEs e EPPs que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha que

poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF;

3.1.2 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua inteira responsabilidade, bem assim quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRT da 18ª Região a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.1.3 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso; e

3.1.4 O credenciamento perante o provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico e assumirá como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.2.1 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4 CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

4.1 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que apresentar as especificações contidas neste Edital e ofertar o **MENOR PREÇO POR ITEM** promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

5 FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 A proposta deverá ser formulada e encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico (Comprasnet), até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.1.1 A proposta deverá apresentar o valor unitário e total do item, sendo obrigatório, sob pena de desclassificação, o preenchimento do campo “descrição detalhada do objeto”, onde deverão ser transcritas as especificações sucintas do objeto ofertado, em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

5.1.2 Incumbirá, ainda, ao licitante preencher, sob pena de desclassificação, o campo “descrição detalhada do objeto”, onde deverão ser transcritas as especificações sucintas do objeto ofertado, em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

5.1.3 O valor proposto englobará todas as despesas com mão de obra, impostos, encargos sociais e previdenciários, taxas, seguros, transportes e

qualquer outra que incida ou venha a incidir sobre o objeto da presente contratação;

5.1.4 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;

5.1.5 O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

5.1.6 O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

5.1.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital;

5.1.8 A simples apresentação da proposta corresponderá à declaração de inexistência de fatos impeditivos da participação do interessado na presente licitação e eximirá o(a) Pregoeiro(a) do disposto no art. 97 da Lei nº 8.666/1993.

5.2 As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

5.3 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.4 Os erros, equívocos e omissões havidos nas propostas serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, em caso de classificação, eximir-se da execução do objeto da presente licitação.

5.5 A proposta deverá ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, devendo o proponente se limitar às especificações deste Edital.

5.6 Não serão aceitas propostas que apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

5.7 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou com irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.7.1 Qualquer elemento que possa identificar o licitante, importa igualmente a desclassificação da proposta.

6 SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1 A sessão pública deste Pregão eletrônico, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a), ocorrerá em data e horário indicados neste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.1.1 A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

6.2 Aberta a sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que estejam desconformes com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.1 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento, em tempo real, por todos os participantes.

6.3 O sistema ordenará automaticamente somente as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), as quais participarão da fase de lances.

6.4 O(A) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.4.1 Os lances devem ser ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

6.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores aos últimos por ele ofertados e registrados pelo sistema, e caso haja 02 (dois) ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.6 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.7 Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja considerado inexequível.

6.8 A etapa de lances da sessão pública será encerrada a critério do(a) Pregoeiro(a).

6.9 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a) durante a etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.11 Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.12 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública desta licitação constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

7 JULGAMENTO E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e também a conformidade concernente às especificações do objeto.

7.2 Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

7.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.2.2 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, ocasião em que será concedida ao licitante a oportunidade de comprovar a exequibilidade da sua proposta.

7.3 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a futura contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

7.3.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8 ENVIO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DEFINITIVA

8.1 Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o licitante deverá encaminhar por meio da opção **“Enviar anexo” do Comprasnet** ou, mediante autorização do pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, pelo e-mail slc.comissao@trt18.jus.br, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, contados da solicitação no sistema eletrônico, a proposta de preços definitiva, ajustada ao lance final, contendo os seguintes elementos:

8.1.1 Nome e/ou razão social do licitante, CNPJ, e-mail e endereço completo;

8.1.2 Indicação do banco, número da conta-corrente e da agência (código e endereço) do licitante, bem como nome, número da Carteira de Identidade e CPF do representante da empresa;

8.1.3 Declaração de que o licitante está ciente e concorda com os prazos de fornecimento do material, conforme o estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste edital;

8.1.4 Prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação, caso a proposta omita o prazo de validade, este será entendido como sendo o de 90 (noventa) dias;

8.1.5 O item, a descrição, as especificações, a quantidade estimada, o valor unitário e o valor total do item, expresso em moeda corrente, nele incluído todas as despesas e os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Especificações	Quant. Estimada	Valor Unitário	Valor Total
1	SAPATO	Características gerais:	70	R\$	R\$

	SOCIAL MASCULINO	<ul style="list-style-type: none"> • Cabedal: modelo em couro macio; amarra em cadarços para melhor ajuste. • Palmilha: macia e confortável, revestida em PU macio, de fácil adaptação e maior conforto aos pés. • Capacidade para absorção de transpiração. • Forro: em couro para evitar odores e desconforto. • Solado: material em couro; dotado de sistema especial de bolsa de ar para amortecimento com salto com 3cm de altura. • Cor: preto <p>A numeração a ser fornecida será definida quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>Modelo de referência: Democrata lounge ou similar.</p>	unidades		
2	CINTO SOCIAL EM COURO 100%	Cinto esporte fino; cor preta; confeccionado em couro legítimo; costurado sem emendas; polido; fivela cromada com tratamento antiferrugem; dotado de um passante também em couro; medindo 3cm (três centímetros) de largura e comprimento total nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.	70 unidades	R\$	R\$
3	GRAVATA	Gravata de Jacquard , 100% poliéster fio tinto; entretela dupla; forro pontilhado; comprimento padrão mundial; etiqueta de composição e de marca bordadas; comprimento mínimo de 150cm; modelo de amarrar; cor e estampa a escolher, devendo possuir design moderno. Referência: Maestro Premium ou similar.	70 unidades	R\$	R\$
4	COSTUME	Costume Masculino "Slim FIT ou MÉDIO", corte italiano, composto por blazer e calça nas cores preta ou cinza com, no mínimo, os seguintes requisitos: Blazer com modelagem Slim Fit; confeccionado em tecido PV composto por 65% de poliéster e 35% de viscose, a fim de confortar e proporcionar sensação de bem estar. Mangas longas; três bolsos frontais embutidos, sendo dois na parte inferior fechados por lapela e um na altura do tórax com acabamento invisível, que agregue estilo e praticidade à peça	70 unidades	R\$	R\$

		<p>clássica; fechamento frontal por 02 botões, que facilita o vestir e possibilita a variação de uso; ilhargas e flancos com possibilidade de ajustes futuros. Forro de poliviscose com 52% poliéster e 48% viscose em cor compatível com a cor do tecido principal, prega na parte traseira do forro. Forro dos bolsos em poliviscose; dois bolsos na parte interna do duque (paletó/blazer), sendo um do lado direito e outro do lado esquerdo, com forro em acabamento com mesmo tecido principal; acabamento em travete.</p> <p>Calça Social com modelagem reta, em tecido e cor idêntica à do blazer; com dois bolsos tipo faca, acabamento em travete, dois bolsos traseiros com caseados na vertical e um botão corozo em cada bolso; forro em algodão e poliéster; parte interna do cós forrado com algodão e em cor compatível com a do tecido principal; botão interno de adaptação; sobra de 4cm de tecido no cós e na altura do quadril para ajustes futuros, se necessário; cós que abriga seis passantes finos; zíper em poliéster antiferrugem com deslizamento prático; cor idêntica à do paletó.</p> <p>As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 46 a 60.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>			
5	CAMISA SOCIAL	<p>Camisa tipo "sport fino", 100% algodão, maquiado, fio 80, com barbatana removível; manga longa; corte "slim fit", que mantenha as seguintes características: permita a transpiração do corpo; apresente propriedades térmicas; modelagem que ajuste ao corpo; boa resistência; durabilidade; baixíssimo índice de encolhimento; deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e o número do manequim, que irá variar entre 1 a 5.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>	70 unidades	R\$	R\$
6	CALÇA	Calça operacional confeccionada em	70	R\$	R\$

	OPERACIONAL	<p>tecido RIP STOP composto de 67% poliéster e 33% algodão do tipo Santista ou superior; cor preta; com proteção UV (ultra violeta) garantindo o não desbotamento. Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 38 ao 52. Modelo reta, folgada até abaixo do joelho com comprimento da cintura até a bainha, de forma a ser utilizada sobre o coturno. Costura em ponto corrente três agulhas nas pernas, entrepernas e fechamento gancho interloc. Reforço de proteção nos joelhos. Tiras de ajuste na cintura, fechamento de cós, bolsos, tampas, vista, gancho frontal e aplicação de reforço com pesponto duplo e travetes nos pontos vulneráveis (vista, passantes, canto de bolsos e junção das ilharças).</p> <p>Dotada de 08 (oito) bolsos, sendo: dois bolsos frontais, embutidos, medindo (8 x 13)cm, para celular e canivetes; dois bolsos na frente, tipo faca, com abertura de 19cm; dois bolsos laterais, tipo fole, na altura da coxa, posicionados com centro na costura lateral da perna, iniciando 22cm da base do cós, com tampa reta (7 x 18)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna, 18cm de largura, 20cm de comprimento e 3cm de fole, duas pregas paralelas distantes 4cm com profundidade de 8mm cada; dois bolsos traseiros embutidos, com tampa, iniciando 5cm da base do cós, com altura de 15cm e largura de 14cm, com tampa reta (14 x 5)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna.</p> <p>A calça deverá conter dois tipos de passadores:</p> <p>a) sete unidades, medindo externamente (4,5 x 1,5)cm, sendo dois na frente, um em cada lateral e três atrás;</p> <p>b) cinco unidades medindo externamente (6 x 3)cm, permitindo passagem de cinto de até 5 cm, sendo dois na frente e três atrás; cós fixo duplo de 3,5cm, fechado por botão de 15mm; vista fechada com zíper reforçado, boca da calça com 21cm, aproximadamente.</p> <p>Os tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação e o modelo deverá ser conforme o constante do ANEXO B do Termo</p>	unidades		
--	--------------------	--	----------	--	--

		de Referência.			
7	CINTO NÁILON PARA CALÇA TÁTICA COM BRASÃO	Cinto confeccionado em correia de náilon, de forma plana, lisa e com duas ourelas, com largura de 35 mm e espessura de 2,5 mm; a fivela PRETA terá ao seu centro o BRASÃO da Segurança do TRT (ANEXO A do Termo de Referência) gravado em alto-relevo, constituindo-se de uma chapa ligeiramente abaulada e retangular confeccionada em latão preto em cujas extremidades estarão embutidas as duas presilhas em forma de mordentes; nos lados de maiores dimensões, a chapa apresentará duas dobras recortadas e com as arestas arredondadas, em cujas extremidades estarão vazados os olhais de articulação das presilhas; as presilhas são do mesmo material, constituindo-se, cada uma, de lâmina dobrada em ângulo agudo, sendo um lado recortado na forma de dentes, para aprisionar o cinto, e o outro lado servindo de alavanca; nas extremidades das presilhas, pequenas espigas se articulam à fivela; conforme modelo do ANEXO D do Termo de Referência. e comprimentos nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.	70 unidades	R\$	R\$
8	GANDOLA	Gandola confeccionada em tecido RIP-STOP 67% algodão e 33% poliéster, com proteção contra raios solares UVA e UVB; com 4 bolsos frontais com tampa, sendo 2 superiores e 2 inferiores; reforço no cotovelo; regulagem de punho através de botões; botões de fechamento frontal escondidos; cor preta; modelagem padrão BDU (Battle Dress Uniform); parte alta da manga esquerda com brasão, conforme modelo do ANEXO A do Termo de Referência; manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio ; nas costas, a inscrição emborrachada "AGENTE" com 5cm na altura da fonte na cor CO M20 Y60 K20, conforme ANEXO F do Termo de Referência.. Bolsos Frontais (medidas aproximadas): Bolso Superior: (14,5 x 15,5)cm Bolso Inferior: (18,5 x 19,5)cm Deverá conter etiqueta do fabricante e os tamanhos dos manequins (P, M, G e GG), que serão definidos quando da	25 unidades	R\$	R\$

		ocorrência de cada contratação.			
9	CAMISETA	<p>Camiseta produzida em malha 100% algodão com fio 30.1 penteado; acabamento em costura dupla; gola de ribana dupla com composição 96% algodão e 4% elastano; mangas curtas; cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A do Termo de Referência, nas dimensões (10 x 7,5)cm.</p> <p>As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o tamanho do manequim (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>	45 unidades	R\$	R\$
10	CAMISA GOLA PÓLO	<p>Camisa gola Polo confeccionada em tecido malha Piquet (50% algodão e 50% poliéster), na cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A do Termo de Referência, nas dimensões (10 x 7,5)cm. Manga esquerda contendo a sigla "TRT 18ª REGIÃO", com 1 cm na altura da fonte e de cor dourada, e o logotipo do TRT conforme ANEXO C do Termo de Referência, perfazendo o conjunto as dimensões de (8 X 6)cm. Manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio. Nas costas da camisa, a escrita emborrachada "AGENTE" com 5 cm na altura da fonte, conforme ANEXO F do Termo de Referência, na cor CO M20 Y60 K20. Deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e os tamanhos dos manequins (P, M, G ou GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>	220 unidades	R\$	R\$

Observação: Os tamanhos serão definidos conforme a necessidade.

8.2 O original da proposta definitiva deverá ser encaminhado, **sob pena de desclassificação**, pessoalmente ou via Sedex ou postagem similar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da solicitação do (a) Pregoeiro (a), à Secretaria de Licitações e Contratos deste Tribunal, situada na Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-22, 7º andar, Setor Bueno, em Goiânia/GO, CEP:74.215-901.

8.3 Todo e qualquer documento a ser firmado pelos licitantes deverá consignar expressamente o nome da pessoa signatária, não tendo o condão de suprir essa

necessidade quaisquer outras referências, como “representante legal da empresa”, o registro do nome da empresa etc.

8.4 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta de preços, prevalecerão as da proposta.

8.5 Será desconsiderada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus anexos.

8.6 O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer dos Assessores Técnicos deste Tribunal para orientar sua decisão quanto à aceitabilidade, ou não, da proposta.

8.7 Se a proposta não for aceitável, se o licitante não atender às exigências habilitatórias ou deixar de reenviar a proposta, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

8.8 O licitante deverá encaminhar, com o original da proposta definitiva, o Termo de Cadastro e Responsabilidade, Anexo III do Edital.

8.8.1 Por meio do referido Termo, o licitante fornecerá os dados necessários para a criação de *login* e senha no Sistema de Controle de Documentos Avulsos (SISDOC) do TRT18;

8.8.2 Após cadastrado no SISDOC, o licitante terá acesso ao sistema para assinatura eletrônica de documentos produzidos eletronicamente ou resultantes de digitalização, em especial a Ata de Registro de Preços e o instrumento contratual, e, quando solicitado, para anexar documentos.

9 APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

9.1 O proponente primeiro classificado em cada item deverá, sem ônus para este Regional e mediante pedido do Pregoeiro, apresentar amostra dos produtos cotados para conferência das especificações e qualidade, no prazo de 3 (três) dias úteis, após sua solicitação, nos tamanhos conforme quadro abaixo e condições estabelecidas no item 4 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

ITEM	TAMANHO	COR
1	qualquer	preto
2	qualquer	preto
3	padrão	qualquer
4	54	preto
5	4	branca

6	44	preta
7	qualquer	preto
8	G	preta
9	G	preta
10	G	Preta

9.1.1 Não será aceita a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não apresentá-la no prazo estabelecido.

10 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 SICAF;

10.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

10.1.3 Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis, **restringindo a limitação às empresas inidôneas e, no que tange à suspensão, às empresas suspensas no âmbito deste Tribunal;**

10.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União;

10.1.5 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2 Para habilitar-se na presente licitação, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

10.2.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, tratando-se de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores;

10.2.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

10.2.4 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal,

se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.6 Prova de regularidade para com a:

10.2.6.1 Fazenda Federal, consistindo na apresentação de certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e INSS.

10.2.6.2 Fazenda Estadual do domicílio ou da sede do licitante, em relação ao ICMS, mediante certidão emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual ou órgão correspondente; e

10.2.6.3 Fazenda Municipal do domicílio ou da sede do licitante, em relação ao ISS, mediante certidão emitida pela Secretaria de Finanças Municipal ou órgão correspondente.

10.2.7 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado;

10.2.7.1 Caso a empresa licitante não apresente a CRF, o(a) Pregoeiro(a) verificará a regularidade pela consulta à base de dados da Caixa Econômica Federal, pela internet.

10.2.8 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.2.9 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos moldes do art. 27, inciso IV, e art. 29, inciso V, ambos da lei nº 8.666/1993, com redação dada pela Lei nº 12.440/2009.

10.2.9.1 A CNDT poderá ser expedida eletrônica e gratuitamente no portal do Tribunal Superior do Trabalho na rede mundial de computadores (<http://www.tst.jus.br/certidao>); e

10.2.9.2 A aceitação da CNDT poderá ser condicionada à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho.

10.2.9.3 Não serão aceitas certidões negativas de âmbito regional expedidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

10.2.10 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, ou seja, fornecimento de uniformes e vestimenta social, mediante a apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

10.2.10.1 O atestado deverá conter, obrigatoriamente:

- a) Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;
- b) Endereço completo;
- c) Manifestação acerca da qualidade do serviço prestado; e

d) Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse do Pregoeiro.

10.2.10.2 No caso de atestados fornecidos por empresa privada não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo, empresas controladas pelo licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio com poder de direção da empresa emitente e da empresa licitante (art. 30, II, da Lei 8.666/1993).

10.3 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, mediante consulta “*online*”, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

10.4 Os licitantes que estiverem em situação regular no SICAF poderão deixar de apresentar os documentos solicitados nos subitens 10.2.1 a 10.2.9.

10.5 O documento descrito no subitem **10.2.10** deverá ser encaminhado por todos os licitantes, independentemente de sua situação cadastral junto ao SICAF.

10.6 Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços, **no prazo máximo de 2 (duas) horas**, contados da solicitação no sistema eletrônico, por meio da opção “**Enviar anexo**” do **Comprasnet** ou, mediante autorização do pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, pelo e-mail slc.comissao@trt18.jus.br.

10.6.1 Aqueles que estiverem com qualquer documentação vencida no SICAF, deverão apresentá-la atualizada, conforme as condições estabelecidas no subitem anterior.

10.7 Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet deverão, também, ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor da Secretaria de Licitações e Contratos, podendo ser entregues pessoalmente ou encaminhados via Sedex ou postagem similar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da solicitação do(a) Pregoeiro(a), à Secretaria de Licitações e Contratos deste Tribunal, situada na Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-22, 7º andar, Setor Bueno, em Goiânia/GO, CEP:74.215-901, em se tratando de documento não abrangido pelo SICAF ou para aqueles que não possuem SICAF ou que possuem alguma restrição.

10.8 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.9 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

10.10 Havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.10.1 Em nenhum outro caso será concedida prorrogação para a apresentação de documentos de habilitação que não forem enviados no prazo estabelecido.

10.11 Os documentos relacionados neste Edital referir-se-ão sempre ao domicílio da empresa cadastrada no SICAF.

10.12 Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, admitida a nomenclatura técnica específica.

10.12.1 Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para o idioma oficial do Brasil.

10.13 A etapa de habilitação compreenderá a verificação e análise dos documentos de habilitação do licitante que tenha apresentado o menor preço na etapa de lances, relativamente ao atendimento das exigências constantes deste Edital.

10.14 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o(a) Pregoeiro(a) declarará o proponente inabilitado.

10.15 Os documentos terão validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.

10.16 No julgamento da licitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11 INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor, o(a) Pregoeiro(a) abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.2 O(A) Pregoeiro(a) fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

11.3 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita terá o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.3.1 O encaminhamento das razões de recurso, bem assim das contrarrazões, será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campos próprios e específicos para tal finalidade.

11.4 O recurso e a impugnação contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) não terão efeito suspensivo.

11.5 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.6 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis

de aproveitamento.

11.7 Se não reconsiderar sua decisão, o(a) Pregoeiro(a) submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

11.8 Caso o licitante deseje consultar os autos processo administrativo eletrônico, poderá fazê-lo mediante solicitação de acesso ao Sistema de Controle de Documentos (SISDOC) dirigida à Secretaria de Licitações e Contratos pelo e-mail: slc.comissao@trt18.jus.br.

12 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Na hipótese de inexistência de recursos, o(a) Pregoeiro(a) promoverá a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, com posterior encaminhamento do processo para homologação pela autoridade competente.

12.2 Existindo recursos, o processo será encaminhado à autoridade competente para julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologação da licitação.

12.3 No momento da homologação, os fornecedores com propostas não recusadas serão convocados para que eles possam aderir ao Cadastro de Reserva pelo preço do primeiro colocado.

12.4 Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor do certame.

12.4.1 O anexo que trata o item anterior consiste na ata de realização da sessão pública do pregão.

13 SANÇÕES AO LICITANTE

13.1 Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, garantida a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores deste Tribunal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% sobre o valor estimado da despesa, o licitante que:

13.1.1 cometer fraude fiscal;

13.1.2 apresentar documento falso;

13.1.3 fizer declaração falsa;

13.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 não mantiver a proposta;

13.1.6 não assinar a Ata de Registro de Preços.

13.2 Ficar caracterizado comportamento inidôneo, quando o licitante praticar atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

13.3 As irregularidades cometidas durante a execução do objeto serão penalizadas

conforme as sanções estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

14 FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços com o fornecedor primeiro colocado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

14.2 O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região convocará formalmente o fornecedor para, no prazo de 03 (três) dias úteis, cumprir as exigências pertinentes à assinatura da Ata de Registro de Preços.

14.2.1 O licitante vencedor, mediante senha e login criados pela Secretaria de Licitações e Contratos do TRT18, deverá acessar o SISDOC no endereço: <http://sistemas3.trt18.jus.br/sisdock/login.seam> e proceder à assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços.

14.2.2 O licitante que se recusar a assinar eletronicamente a Ata de Registro de Preços deverá comparecer neste TRT18, no prazo acima estabelecido, para proceder a assinatura fisicamente, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, conforme subitem 14.3.

14.2.3 O prazo previsto no subitem 14.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Tribunal.

14.3 No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital e demais cominações legais, os demais licitantes poderão ser convocados, respeitada a ordem de classificação, para negociação e assinatura da Ata de Registro de Preços, após comprovados os requisitos habilitatórios.

14.4 A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade, nos termos do Decreto nº 7.892/2013.

14.5 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

14.5.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o TRT 18ª Região e os Órgãos Participantes não serão obrigados a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.6 O TRT 18ª Região realizará pesquisas periódicas de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

15 REVISÃO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 É vedado qualquer reajuste durante o prazo de validade da Ata de Registro de

Preços.

15.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

15.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Tribunal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

15.3.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

15.3.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

15.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o TRT 18ª Região poderá:

15.4.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

15.4.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

15.5 Não havendo êxito nas negociações a que se referem os subitens 15.2 a 15.4, o TRT 18ª Região deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15.6 Visando subsidiar eventuais revisões, o TRT 18ª Região poderá elaborar pesquisas periódicas dos preços praticados no mercado.

15.7 O registro do fornecedor será cancelado:

15.7.1 quando o fornecedor que teve os preços registrados:

15.7.1.1 não cumprir as obrigações e condições constantes desta Ata de Registro de Preços;

15.7.1.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.7.1.3 der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente de registro de preços;

15.7.1.4 incorrer em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente de registro de preços;

15.7.1.5 sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002; e

15.7.1.6 não aceitar reduzir os seus preços registrados, quando estes se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

15.7.2 quando ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta Ata, devidamente comprovados e justificados:

15.7.2.1 por razão de interesse público; ou

15.7.2.2 a pedido por escrito do fornecedor.

15.8 A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor ser-lhe-á feita por escrito, juntando-se o comprovante aos autos do Processo Administrativo respectivo, e, nas hipóteses dos subitens “15.7.1.1” a “15.7.1.5”, formalizado por despacho do TRT 18ª Região, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.9 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor que teve os preços registrados, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União.

16 UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

16.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, observados os limites descritos nos §§ 3º e 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, bem como os quantitativos máximos previstos no subitem 1.1 deste Edital.

16.2 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o TRT 18ª para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

16.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o TRT 18ª e órgãos participantes.

16.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na ata de registro de preços para o TRT 18ª e órgãos participantes.

16.5 As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o TRT 18ª e órgãos/entidades participantes, independente do número de órgãos/entidades não participantes que aderirem.

16.5.1 Nos termos do art. 9º, inciso III, do Decreto nº 7.892/2013, a quantidade a ser adquirida por cada órgão não participante fica estimada no quantitativo máximo que for registrado para o item correspondente, obedecido, para a somatória de todos os eventuais órgãos aderentes, o limite estabelecido no subitem anterior.

16.6 Após a autorização do TRT 18ª, o órgão/entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de

vigência da Ata.

16.7 Compete ao órgão/entidade não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão/entidade gerenciador(a).

17 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1 Decairá do direito de impugnação dos termos deste Edital perante esta Corte, aquele que não o fizer até dois dias úteis antes da data designada para a realização da sessão do pregão, apontando as falhas e irregularidades que o viciariam, mediante petição encaminhada para o e-mail: slc.comissao@trt18.jus.br ou entregue diretamente na Secretaria de Licitações e Contratos, situada no Fórum Trabalhista de Goiânia, à Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-22, 7º andar, Setor Bueno, Goiânia/GO.

17.1.1 Caberá ao(à) Pregoeiro(a) decidir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas sobre a impugnação interposta; e

17.1.2 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, poderá, conforme o caso, ser definida e publicada nova data para realização do certame.

17.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico para o endereço slc.comissao@trt18.jus.br.

17.3 Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições deste Edital serão divulgados mediante publicação de notas na *internet*, nos endereços www.comprasgovernamentais.gov.br e www.trt18.jus.br, cabendo aos licitantes o ônus de acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

17.4 A formulação da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

18 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0571.4256.0052 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, elemento de despesa 339030 – Material de Consumo.

19 DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 O CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em caso fortuito, força maior ou qualquer outro motivo que atrase o cumprimento da obrigação, podendo, a seu critério, atribuir à responsabilidade de apurar os atos e fatos, comissivos ou omissos, a uma comissão.

19.2 É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.3 É admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução da contratação, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão da contratação.

19.4 A participação na presente licitação implica a concordância tácita, por parte do interessado, com todos os termos e condições do presente Edital.

19.5 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

19.6 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto nº 5.450/2005.

19.7 Na contagem dos prazos previstos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento. Os prazos se iniciam e vencem em dias úteis.

19.8 Os autos do processo administrativo eletrônico, onde se tem o orçamento estimativo dos preços máximos que a administração se dispõe a pagar, permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitá-la pelo e-mail: slc.comissao@trt18.jus.br ou diretamente na Secretaria de Licitações e Contratos, situada no Fórum Trabalhista de Goiânia, à Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-22, 7º andar, Setor Bueno, Goiânia/GO.

19.9 Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos na Secretaria de Licitações e Contratos, exclusivamente pelo e-mail: slc.comissao@trt18.jus.br.

19.10 Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais www.trt18.jus.br e www.comprasgovernamentais.gov.br, onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Goiânia, 11 de junho de 2018

**BRUNO DAHER DE MIRANDA
PREGOEIRO**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Este termo de referência tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de uniformes formal e operacional, necessários para o desenvolvimento das atribuições dos Técnicos Judiciários, especialidade segurança, deste Tribunal

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição tem por objetivo fornecer uniformes para os Técnicos Judiciários com especialidade Segurança, recém-lotados no Núcleo de Segurança Institucional e Prevenção a Incêndios, bem como a reposição daqueles já entregues aos demais Técnicos, tendo em vista o desgaste pelo uso contínuo.

2.2. Ressalta-se que é imprescindível a utilização de uniformes pela Segurança Institucional deste Tribunal, dado o caráter ostensivo e preventivo das atribuições exercidas por seus integrantes, que executam diariamente serviços de policiamento ostensivo nas dependências desta Corte, policiamento nas circunvizinhanças e edifícios anexos, além de outras funções correlatas, como condução de viaturas em serviços externos, missões, cursos, etc, necessitando, portanto, de vestimenta adequada.

2.3. Oportuno mencionar que os respectivos servidores desempenham suas atribuições e realizam atendimentos em todas as unidades deste Tribunal, como Varas do Trabalho, Gabinetes de Desembargadores, Sessões Plenárias, e em todas as solenidades ou cursos promovidos por este Egrégio, além do atendimento a diversas autoridades de tal forma que devem estar adequadamente trajados para executarem suas funções cotidianas.

2.4. Trata-se de aquisição de bens comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, que permite a realização do certame por meio da modalidade Pregão.

2.5. A utilização do sistema de registro de preços justifica-se por não ser possível definir previamente o quantitativo de uniformes a ser demandado, considerando uma possível rotatividade e/ou entrada de novos Agentes, bem como necessidades esporádicas em função das próprias atribuições do cargo, enquadrando-se, assim, nas hipóteses elencadas no inciso IV, do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013.

2.6. A quantidade estimada no item 3, teve como referência para o cálculo, o número de servidores na função e sua possível rotatividade.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL

3.1. Os uniformes deverão ser novos, de primeira qualidade e de primeiro uso.

3.2. Para os itens 2 (cinto social), 4 (costume), 5 (camisa social), 6 (calça operacional), 7 (cinto nylon); 8 (gandola), 9 (camiseta) e 10 (camisa gola pólo), a(s) proponente(s) classificada(s), antes da entrega de cada contratação, deverá(ão) tirar as medidas nos servidores beneficiados para confirmar os tamanhos a serem fornecidos.

3.3. Devido à variação dos números e tamanhos das vestimentas, calçados e acessórios, a Contratada deverá dispor de profissionais para fazerem os ajustes de barras de calça, manga de camisa etc., objetivando o correto cumprimento da obrigação.

3.4. Os produtos deverão ser entregues em conformidade com o quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	QTDE ESTIMADA
1	SAPATO SOCIAL MASCULINO	<p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabedal: modelo em couro macio; amarra em cadarços para melhor ajuste. • Palmilha: macia e confortável, revestida em PU macio, de fácil adaptação e maior conforto aos pés. • Capacidade para absorção de transpiração. • Forro: em couro para evitar odores e desconforto. • Solado: material em couro; dotado de sistema especial de bolsa de ar para amortecimento com salto com 3cm de altura. • Cor: preto <p>A numeração a ser fornecida será definida quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>Modelo de referência: Democrata lounge ou similar. CATMAT: 235238</p>	70 unidades
2	CINTO SOCIAL EM COURO 100%	<p>Cinto esporte fino; cor preta; confeccionado em couro legítimo; costurado sem emendas; polido; fivela cromada com tratamento antiferrugem; dotado de um passante também em couro; medindo 3cm (três centímetros) de largura e comprimento total nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>CATMAT: 246671</p>	70 unidades
3	GRAVATA	<p>Gravata de Jacquard, 100% poliéster fio tinto; entretela dupla; forro pontilhado; comprimento padrão mundial; etiqueta de composição e de marca bordadas; comprimento mínimo de 150cm; modelo de amarrar; cor e estampa a escolher, devendo possuir design moderno.</p> <p>Referência: Maestro Premium ou similar. CATMAT: 356822</p>	70 unidades
4	COSTUME	<p>Costume Masculino "Slim FIT ou MÉDIO", corte italiano, composto por blazer e calça nas cores preta ou cinza com, no mínimo, os seguintes requisitos:</p> <p>Blazer com modelagem Slim Fit; confeccionado em tecido PV composto por 65% de poliéster e 35% de viscose, a fim de confortar e proporcionar sensação de bem estar. Mangas longas; três bolsos frontais embutidos, sendo dois na parte inferior fechados por</p>	70 unidades

		<p>lapela e um na altura do tórax com acabamento invisível, que agregue estilo e praticidade à peça clássica; fechamento frontal por 02 botões, que facilita o vestir e possibilita a variação de uso; ilhargas e flancos com possibilidade de ajustes futuros. Forro de poliviscose com 52% poliéster e 48% viscose em cor compatível com a cor do tecido principal, prega na parte traseira do forro. Forro dos bolsos em poliviscose; dois bolsos na parte interna do duque (paletó/blazer), sendo um do lado direito e outro do lado esquerdo, com forro em acabamento com mesmo tecido principal; acabamento em travete.</p> <p>Calça Social com modelagem reta, em tecido e cor idêntica à do blazer; com dois bolsos tipo faca, acabamento em travete, dois bolsos traseiros com caseados na vertical e um botão corozo em cada bolso; forro em algodão e poliéster; parte interna do cós forrado com algodão e em cor compatível com a do tecido principal; botão interno de adaptação; sobra de 4cm de tecido no cós e na altura do quadril para ajustes futuros, se necessário; cós que abriga seis passantes finos; zíper em poliéster antiferrugem com deslizamento prático; cor idêntica à do paletó.</p> <p>As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 46 a 60.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>CATMAT: 113174</p>	
5	CAMISA SOCIAL	<p>Camisa tipo "sport fino", 100% algodão, maquinado, fio 80, com barbatana removível; manga longa; corte "slim fit", que mantenha as seguintes características: permita a transpiração do corpo; apresente propriedades térmicas; modelagem que ajuste ao corpo; boa resistência; durabilidade; baixíssimo índice de encolhimento; deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e o número do manequim, que irá variar entre 1 a 5.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>CATMAT: 246135</p>	70 unidades
6	CALÇA OPERACIONAL	<p>Calça operacional confeccionada em tecido RIP STOP composto de 67% poliéster e 33% algodão do tipo Santista ou superior; cor preta; com proteção UV (ultra violeta) garantindo o não desbotamento. Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 38 ao 52. Modelo reta, folgada até abaixo do joelho com comprimento da cintura até a bainha, de forma a ser utilizada sobre o coturno. Costura em ponto</p>	70 unidades

		<p>corrente três agulhas nas pernas, entrepernas e fechamento gancho interloc. Reforço de proteção nos joelhos. Tiras de ajuste na cintura, fechamento de cócs, bolsos, tampas, vista, gancho frontal e aplicação de reforço com pesponto duplo e travetes nos pontos vulneráveis (vista, passantes, canto de bolsos e junção das ilharças).</p> <p>Dotada de 08 (oito) bolsos, sendo: dois bolsos frontais, embutidos, medindo (8 x 13)cm, para celular e canivetes; dois bolsos na frente, tipo faca, com abertura de 19cm; dois bolsos laterais, tipo fole, na altura da coxa, posicionados com centro na costura lateral da perna, iniciando 22cm da base do cóc, com tampa reta (7 x 18)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna, 18cm de largura, 20cm de comprimento e 3cm de fole, duas pregas paralelas distantes 4cm com profundidade de 8mm cada; dois bolsos traseiros embutidos, com tampa, iniciando 5cm da base do cóc, com altura de 15cm e largura de 14cm, com tampa reta (14 x 5)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna.</p> <p>A calça deverá conter dois tipos de passadores:</p> <p>a) sete unidades, medindo externamente (4,5 x 1,5)cm, sendo dois na frente, um em cada lateral e três atrás;</p> <p>b) cinco unidades medindo externamente (6 x 3)cm, permitindo passagem de cinto de até 5 cm, sendo dois na frente e três atrás; cóc fixo duplo de 3,5cm, fechado por botão de 15mm; vista fechada com zíper reforçado, boca da calça com 21cm, aproximadamente.</p> <p>Os tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação e o modelo deverá ser conforme o constante do ANEXO B.</p> <p>CATMAT: 417412</p>	
7	CINTO NÁILON PARA CALÇA TÁTICA COM BRASÃO	<p>Cinto confeccionado em correia de náilon, de forma plana, lisa e com duas ourelas, com largura de 35 mm e espessura de 2,5 mm; a fivela PRETA terá ao seu centro o BRASÃO da Segurança do TRT (ANEXO A) gravado em alto-relevo, constituindo-se de uma chapa ligeiramente abaulada e retangular confeccionada em latão preto em cujas extremidades estarão embutidas as duas presilhas em forma de mordentes; nos lados de maiores dimensões, a chapa apresentará duas dobras recortadas e com as arestas arredondadas, em cujas extremidades estarão vazados os olhais de articulação das presilhas; as presilhas são do mesmo material, constituindo-se, cada uma, de lâmina dobrada em ângulo agudo, sendo um lado recortado na forma de dentes, para aprisionar o cinto, e o outro lado servindo de alavanca; nas extremidades das presilhas, pequenas espigas se articulam à fivela; conforme modelo do ANEXO D e comprimentos nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>	70 unidades

		CATMAT: 377278	
8	GANDOLA	<p>Gandola confeccionada em tecido RIP-STOP 67% algodão e 33% poliéster, com proteção contra raios solares UVA e UVB; com 4 bolsos frontais com tampa, sendo 2 superiores e 2 inferiores; reforço no cotovelo; regulagem de punho através de botões; botões de fechamento frontal escondidos; cor preta; modelagem padrão BDU (Battle Dress Uniform); parte alta da manga esquerda com brasão, conforme modelo do ANEXO A; manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio; nas costas, a inscrição emborrachada "AGENTE" com 5cm na altura da fonte na cor CO M20 Y60 K20, conforme ANEXO F.</p> <p>Bolsos Frontais (medidas aproximadas): Bolso Superior: (14,5 x 15,5)cm Bolso Inferior: (18,5 x 19,5)cm</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e os tamanhos dos manequins (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>CATMAT: 19798</p>	25 unidades
9	CAMISETA	<p>Camiseta produzida em malha 100% algodão com fio 30.1 penteado; acabamento em costura dupla; gola de ribana dupla com composição 96% algodão e 4% elastano; mangas curtas; cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A, nas dimensões (10 x 7,5)cm.</p> <p>As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o tamanho do manequim (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>CATMAT: 293142</p>	45 unidades
10	CAMISA GOLA PÓLO	<p>Camisa gola Polo confeccionada em tecido malha Piquet (50% algodão e 50% poliéster), na cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A, nas dimensões (10 x 7,5)cm. Manga esquerda contendo a sigla "TRT 18ª REGIÃO", com 1 cm na altura da fonte e de cor dourada, e o logotipo do TRT conforme ANEXO C, perfazendo o conjunto as dimensões de (8 X 6)cm. Manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio. Nas costas da camisa, a escrita emborrachada "AGENTE" com 5 cm na altura da fonte, conforme ANEXO F, na cor CO M20 Y60 K20. Deverá</p>	220 unidades

		<p>conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e os tamanhos dos manequins (P, M, G ou GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>CATMAT: 221565</p>	
--	--	--	--

Observação: Os tamanhos serão definidos conforme a necessidade.

4. DAS AMOSTRAS

4.1. O proponente primeiro classificado em cada item deverá, sem ônus para este Regional e mediante pedido do Pregoeiro, apresentar amostra dos produtos cotados para conferência das especificações e qualidade, no prazo de 3 (três) dias úteis, após sua solicitação, nos seguintes tamanhos:

ITEM	TAMANHO	COR
1	qualquer	preto
2	qualquer	preto
3	padrão	qualquer
4	54	preto
5	4	branca
6	44	preta
7	qualquer	preto
8	G	preta
9	G	preta
10	G	Preta

4.2. As amostras deverão ser entregues no Núcleo de Segurança Institucional e Prevenção a Incêndios, situado no andar térreo do Edifício do Fórum Trabalhista de Goiânia, à Rua T-51, esq. c/ Av. T-1, Setor Bueno, Goiânia-GO, CEP: 74215-901, nos dias e no horário de expediente deste Tribunal.

4.3. As amostras deverão estar em conformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e devidamente identificadas com o número do Pregão e nome do licitante; conter os respectivos prospectos, documentação técnica e manuais, se for o caso; e dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto, composição do tecido/material, número do manequim, modelo e outras características suficientemente capazes de dotar a amostra de todos os

elementos necessários para sua análise.

4.4. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, manuseados e submetidos aos testes necessários, sendo devolvidos ao licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação.

4.5. Será rejeitada a amostra que:

4.5.1. Apresentar divergência a menor em relação às especificações técnicas da proposta;

4.5.2. For de qualidade superior em relação às especificações constantes da proposta e estiver desacompanhada de declaração do licitante de que entregará os produtos de acordo com a amostra apresentada.

4.6. Enquanto não expirado o prazo para entrega das amostras, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.

4.7. Não será aceita a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não disponibilizada no prazo estabelecido.

4.8. Em caso de rejeição da amostra solicitada, será facultado ao Tribunal convocar as empresas remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para apresentação de amostra para verificação.

4.9. A amostra rejeitada deverá ser retirada em até 20 (vinte) dias corridos contados da publicação do resultado da licitação, independente de comunicação. Decorrido o prazo estabelecido, as amostras não poderão ser reclamadas, reservando-se a este Tribunal o direito de doá-las ou descartá-las.

4.10. Após a aprovação das amostras, a critério deste Tribunal e se a Administração entender necessário, as mesmas poderão ser retidas até a expiração da validade da Ata de Registro de Preços para que sejam comparadas com os objetos entregues ou poderá ser solicitada a retirada das mesmas pela empresa, no prazo máximo de 48 horas após o recebimento de aviso por escrito emitido pela Unidade solicitante.

4.11. No caso de aquisições cujo valor esteja acima do limite de R\$ 80.000,00 e seja exigida a apresentação de amostra, a análise das amostras caberá à Comissão instituída pela Portaria DG nº 2362/2017.

5. DO FORNECIMENTO

5.1. Cada fornecimento será previamente autorizado pela Diretoria-Geral em quantitativos compatíveis com as necessidades deste Tribunal, observado o limite máximo a ser registrado para cada item, conforme o disposto no item 3.

6. DA ENTREGA

6.1. O prazo para o fornecimento do material será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da nota de empenho;

6.2. O material deverá estar devidamente embalado, acompanhado da nota de empenho e da respectiva nota fiscal, para conferência, e conter em seu rótulo ou embalagem, quando for o caso, além do prazo de validade, as demais exigências legais;

6.2.1. Os produtos entregues deverão ser identificados na embalagem com o nome do usuário (de acordo com o manequim de cada servidor).

6.3. A Contratada deverá entregar os materiais em prazo não superior ao máximo estipulado neste item. Caso o atendimento não possa ser feito dentro do prazo, antes do término deste, a Contratada deverá apresentar justificativas expressas, solicitando sua prorrogação, devendo informar a nova data que se efetuará a entrega, ficando a cargo do gestor/fiscal da contratação concordar ou não com a prorrogação;

6.4. Nas hipóteses em que o material entregue não se conformar às especificações deste termo ou apresentar alteração, deterioração, imperfeição, ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o seu recebimento e/ou pagamento, o fornecedor deverá substituí-lo, às suas expensas, no prazo de **07 (sete) dias úteis**, contados a partir da data de ciência do termo de recusa do material ou do recebimento da notificação do tribunal, conforme o caso.

6.5. A Contratada deverá retirar o material recusado no momento da entrega do material correto, sendo que o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo, podendo dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado em suas dependências.

7. DO LOCAL DE ENTREGA

7.1. O material objeto do presente termo será entregue, às expensas do fornecedor, no Núcleo de Segurança Institucional e Prevenção a Incêndios, situado no andar térreo do Edifício do Fórum Trabalhista de Goiânia, à Rua T-51, esq. c/ Av. T-1, Setor Bueno, Goiânia-GO, CEP: 74215-901, nos dias e horário de expediente deste Tribunal.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, o objeto deste termo será recebido da seguinte forma:

8.1.1. **Provisoriamente**, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações deste termo, com a proposta e com as amostras apresentadas anteriormente, se for o caso;

8.1.2. **Definitivamente**, em até 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento provisório, após verificação de sua qualidade e conformidade com as especificações, mediante termo de recebimento.

9. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA TÉCNICA

9.1. O prazo de garantia mínimo do material, relativamente a defeitos aparentes e ocultos será de 3 (três) meses, contados a partir de seu recebimento definitivo, período no qual a Contratada deverá prestar os serviços de consertos e/ou substituições que se fizerem necessários, em um prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.

10. DAS CONDIÇÕES COMPLEMENTARES PARA HABILITAÇÃO/ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Para a seleção de empresa especializada no ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo e visando o sucesso da contratação pretendida, exigir-se-á a seguinte documentação técnica:

10.1. Qualificação Técnica

10.1.1. A qualificação técnica será comprovada, **na fase de habilitação**, mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, compatível com o

objeto desta licitação, ou seja, fornecimento de uniformes, concedido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.1.1.1. O atestado deverá conter, obrigatoriamente:

- a) Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;
- b) Endereço completo;
- c) Manifestação acerca da qualidade do serviço prestado; e
- d) Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse do Pregoeiro.

10.1.2. No caso de atestados fornecidos por empresa privada não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo, empresas controladas pela licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio com poder de direção da empresa emitente e da empresa licitante (art. 30, II, da Lei 8.666/1993).

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Fornecer os produtos de acordo com as especificações e condições expressas neste termo respeitando as normas da ABNT, bem como as portarias do INMETRO em vigor, no que couber;

11.2. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões na (s) nota (s) de empenho decorrente (s) da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

11.3. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos etc;

11.4. Assumir integral responsabilidade pela qualidade do material, bem como pelos danos decorrentes direta ou indiretamente de sua entrega;

11.5. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

11.6. Manter atualizados, durante a contratação, a Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), o Certificado de Regularidade - CRF do FGTS, as certidões de regularidade junto à Fazenda Estadual e Municipal e a CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.7. Apresentar declaração de que não se enquadra na vedação referida no subitem 17.2.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. A entrega do material será acompanhada e fiscalizada pelo Chefe do Núcleo de Segurança Institucional e Prevenção a Incêndios, **Ten. Cel. Edsson Cândido Ribeiro**, ou pelo servidor **Daniel Rocha Coelho Júnior** (e-mail: nucleo.seguranca@trt18.jus.br; telefone de contato: (62) 3222-5765/5636), indicados na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e consoante a Portaria TRT 18ª GP/DG/CLC nº 002/2014, a quem caberá, também:

- 12.1.1. Zelar pela segurança dos materiais, não permitindo seu manuseio por pessoas não habilitadas;
- 12.1.2. Comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na entrega do material adquirido;
- 12.1.3. Sustar a aquisição do material, por estar em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique a medida;
- 12.1.4. Emitir pareceres relativos à presente aquisição, especialmente quanto à aplicação de penalidades e alterações contratuais, e repassar informações pertinentes à respectiva Ata de Registro de Preços;
- 12.1.5. Cumprir, para fins de pagamento, as providências previstas na Portaria TRT 18ª GP/DG/SOF nº 06/2014;
- 12.1.6. Verificar o prazo estabelecido no ajuste para apresentação das notas fiscais/faturas, recibos ou congêneres, exigindo seu cumprimento por parte da Contratada; e
- 12.1.7. Observar as demais obrigações previstas na Portaria TRT 18ª GP/DG/CLC nº 2/2014, que dispõe sobre normas e procedimentos a serem observados na gestão de contratos.

13. DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

13.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que apresentar as especificações contidas neste Termo e ofertar o **menor preço por item**.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, garantida a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores deste Tribunal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% sobre o valor da contratação, a Contratada que:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Fraudar na execução da contratação;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Fizer declaração falsa;
- e) Cometer fraude fiscal.

14.1.1. Ficar caracterizada fraude na contratação:

- a) elevar arbitrariamente os preços;
- b) vender, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;
- c) entregar um objeto por outro;
- d) alterar substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- e) tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a execução da contratação.

14.1.2. Ficar caracterizado comportamento inidôneo quando:

- a) constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Contratante;
- b) atuação com interesses escusos;
- c) reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao Contratante;
- d) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- e) praticar atos ilícitos, visando a frustrar a execução da contratação;
- f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução da contratação, sem consentimento prévio do Contratante.

14.2. Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a Contratada ficará sujeita, nos casos abaixo relacionados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas pela Administração:

14.2.1. Advertência, nas hipóteses de descumprimento de cláusulas contratuais de que não resulte prejuízo para a Administração;

14.2.2. Multas, conforme graus e condutas dispostos nas tabelas 1 e 2 abaixo e demais especificações a seguir, limitadas a 10% do valor da contratação.

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	2% do valor da Contratação
2	3,5% do valor da Contratação
3	5% do valor da Contratação
4	6% do valor da Contratação
5	8% do valor da Contratação
6	10% do valor da Contratação

TABELA 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Transferir sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos etc.	3	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade do cancelamento da ARP e/ou rescisão do ajuste
2	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3 (culpa) e 5	Por ocorrência

		(dolo)	
3	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal.	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade do cancelamento da ARP e/ou rescisão do ajuste

Para os itens a seguir, DEIXAR DE:

4	Cumprir os prazos para o fornecimento dos materiais.	1	A cada 03 (três) dias de atraso, observado o limite máximo previsto no subitem 14.2.2., sem prejuízo da possibilidade do cancelamento da ARP e/ou rescisão do ajuste
5	Cumprir o prazo previsto para substituição do material que apresentar alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigidas por este termo de referência.	1	A cada 03 (três) dias de atraso, observado o limite máximo previsto no subitem 14.2.2., sem prejuízo da possibilidade do cancelamento da ARP e/ou rescisão do ajuste
6	Manter a documentação de habilitação atualizada.	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade do cancelamento da ARP e/ou rescisão do ajuste
7	Apresentar a nota fiscal para atesto do gestor da contratação em até 10 dias após o recebimento definitivo do material.	1	Por ocorrência
8	Manter a garantia do material prevista neste termo.	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade do cancelamento da ARP e/ou rescisão do ajuste
9	Apresentar a declaração prevista no subitem 11.7.	1	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade do cancelamento da ARP e/ou rescisão do ajuste
10	Cumprir qualquer obrigação não prevista nesta tabela ou reincidir em atos penalizados com advertência.	3	Por ocorrência

14.2.2.1. A multa será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os casos em que o percentual da penalidade estabelecida no quadro da TABELA 1 não atingir esse valor.

14.2.2.2. A multa, no caso de rescisão por ato unilateral da Administração e motivado por culpa da Contratada, será de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação não cumulativa com as multas presentes na Tabela 2. Tal multa não exime a Contratada pelas reparações dos prejuízos e das demais sanções cabíveis.

14.2.2.3. O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante, ou ainda cobrada diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

14.2.2.4. Se os valores do pagamento forem insuficientes para a quitação das eventuais multas, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de até 10 (dez) dias, contados da comunicação oficial, sob pena de ser incluído o valor na Dívida Ativa da União.

14.2.2.5. A aplicação de multa não impede, a critério da Administração, a aplicação das demais sanções de advertência, de impedimento/suspensão do direito de licitar e de inidoneidade, bem como a rescisão da contratação e/ou cancelamento da ata.

14.2.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução da contratação, nos prazos e situações estipulados abaixo:

Nº	SITUAÇÃO	PRAZO
1	Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos para o Contratante	Por até 01 (um) ano
2	Execução parcial ou insatisfatória do objeto contratado, que tenha acarretado prejuízos para o Contratante	Por até 01 (um) ano
3	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada	Por até 01 (um) ano
4	Deixar de entregar os materiais contratados	Por até 02 (dois) anos
5	Deixar de prestar a garantia técnica do objeto contratado	Por até 01 (um) ano

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses descritas no subitem 14.1.2.

14.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei.

14.4. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos comprováveis, a critério da autoridade competente do Contratante, e desde que formuladas até a data do vencimento estipulada para o cumprimento da obrigação.

14.5. Além dos casos já previstos na Tabela 2 do subitem acima, a rescisão da

contratação também se dará nos termos dos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93. O registro do fornecedor poderá ser cancelado, também, nas hipóteses do art. 20 do Decreto nº 7.892/2013.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. Será emitida nota de empenho em favor da Contratada, após a homologação do certame licitatório, caso se efetive a contratação.

15.2. O pagamento dar-se-á até o 5º (quinto) dia útil, nos casos em que o valor contratado estiver dentro do limite da dispensa de licitação, previsto no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e até o décimo dia útil, se o valor contratado estiver acima deste limite, contado a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura atestada pela autoridade competente, ocasião em que será verificada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada.

15.3. A Contratada deverá, obrigatoriamente, possuir conta bancária vinculada ao seu CNPJ, ficando o pagamento condicionado à informação dos dados dessa conta na nota fiscal.

15.4. As notas fiscais, recibos, faturas ou congêneres deverão ser recebidos(as) somente pela unidade gestora da contratação ou pela unidade solicitante a qual deverá consignar a data e a hora do seu recebimento.

15.5. Para execução do pagamento, a Contratada deverá fazer constar da nota fiscal/fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, CNPJ nº 02.395.868/0001-63, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES deverá apresentar junto à nota fiscal/fatura a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

15.5.1. A correspondente nota fiscal/fatura/congêneres deverá ser apresentada pela Contratada no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento definitivo do objeto, sob pena de incorrer em multa.

15.6. Na ocorrência da rejeição de nota fiscal/fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no subitem 15.2 passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, examinadas as causas da recusa.

15.7. Todos os pagamentos serão submetidos ao que estabelece a Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 da Secretaria da Receita Federal, publicada no DOU de 12 de janeiro de 2012.

15.7.1. Para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do caput do art. 4º, da IN acima, a pessoa jurídica deverá, no ato da formalização da Contratação, apresentar declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida Instrução, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal

15.8. A Contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

15.9. Por motivos de ordem legal e orçamentária que regem as atividades da Administração Pública, os serviços efetuados em determinado exercício (ano civil) não

poderão ser faturados tendo como referência o ano seguinte.

15.10. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM: $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX= Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

16. DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

16.1. Além das disposições constantes nas obrigações da Contratada (item 11), a Contratada deverá atender, no que couber, às demais disposições constantes da [Resolução nº 103/2012 do CSJT – Guia de Sustentabilidade da Justiça do Trabalho](#), em especial:

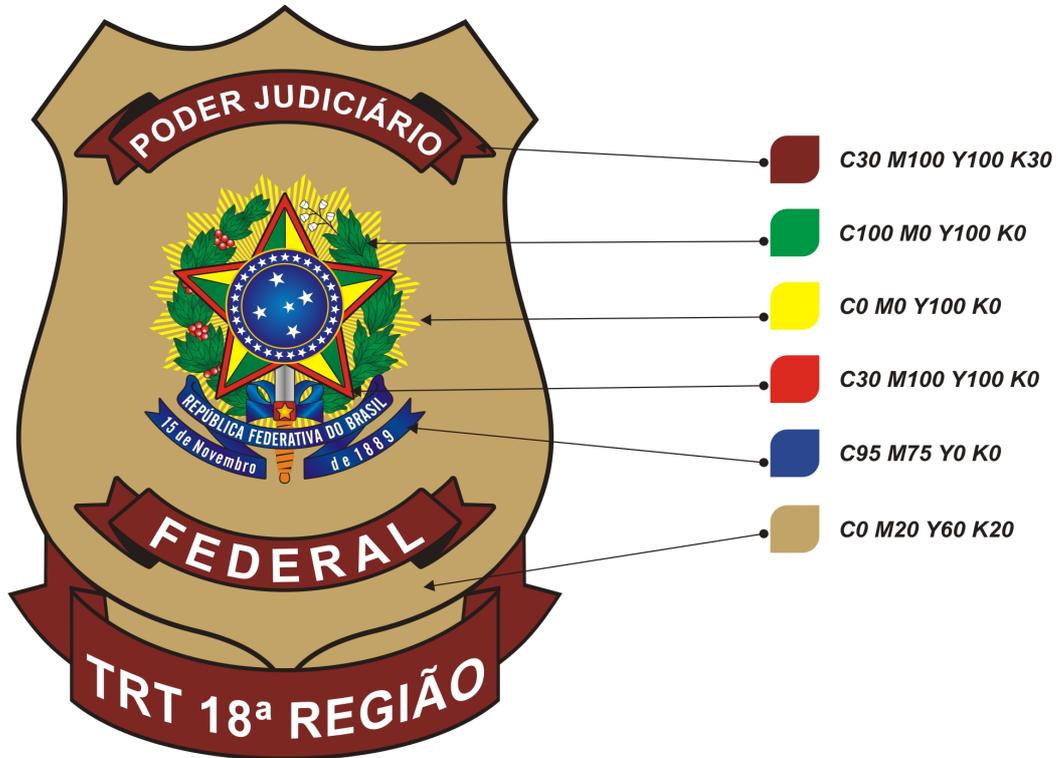
16.1.1. Para uniformes, devem ser utilizados, preferencialmente, produtos menos poluentes e agressivos ao meio ambiente que utilizem tecidos que tenham em sua composição, fibras oriundas de material reciclável e/ou algodão orgânico.

17. CONSIDERAÇÕES GERAIS

17.1. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Termo de Referência.

17.2. De acordo com a RESOLUÇÃO N.º 07, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ficam as PROPONENTES cientificadas de que é vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

ANEXO A - Termo de Referência
Distintivo



ANEXO B - Termo de Referência
Modelo para Calça Operacional



FRENTE

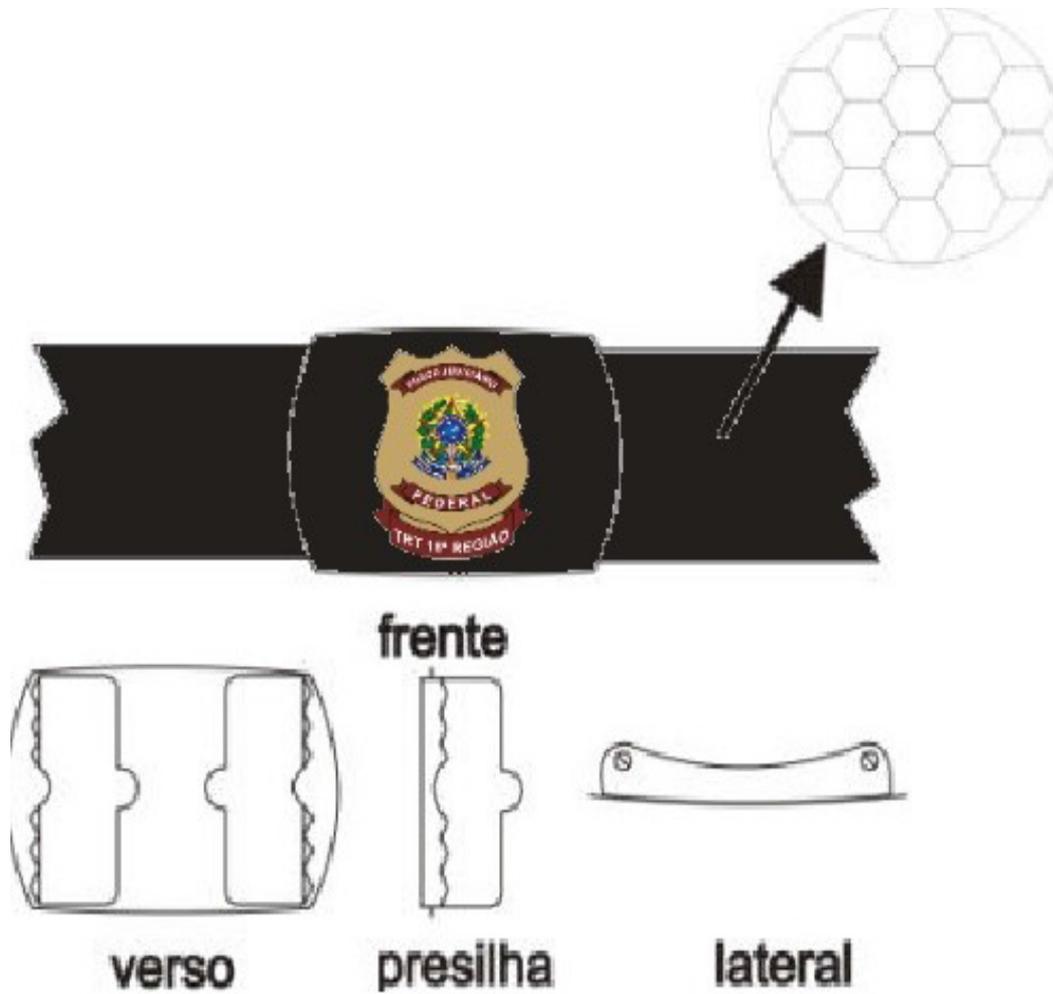


COSTAS

ANEXO C - Termo de Referência
Logomarca



ANEXO D - Termo de Referência
Modelo do cinto de náilon



ANEXO E - ermo de Referência
Modelo para Camisa Gola Polo



ANEXO F - Termo de Referência
Modelo para Inscrição nas costas da Camisa





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II

(minuta)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PE 037/2018

PROCESSO Nº 1187/2018

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2018, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ nº 02.395.868/0001-63, situado no Fórum Trabalhista de Goiânia, na Avenida T-1, esquina com a Rua T-51, Lotes 1 a 24, Quadra T-22, Setor Bueno, Goiânia/GO, CEP: 74.215-901, representado pelo servidor Ricardo Webster Pereira de Lucena, Diretor-Geral, no uso da competência delegada pela Portaria GP/DG 518/2017, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 julho de 2002, e dos Decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 037/2018, RESOLVE registrar o preço ofertado pela Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, localizada _____, telefone _____, representada pelo _____, para aquisição vestuário, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Especificações	Quant. Estimada	Valor Unitário
1	SAPATO SOCIAL MASCULINO	<p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabedal: modelo em couro macio; amarra em cadarços para melhor ajuste. • Palmilha: macia e confortável, revestida em PU macio, de fácil adaptação e maior conforto aos pés. • Capacidade para absorção de transpiração. • Forro: em couro para evitar odores e desconforto. • Solado: material em couro; dotado de sistema especial de bolsa de ar para amortecimento com salto com 3cm de altura. 	70 unidades	R\$

		<ul style="list-style-type: none"> • Cor: preto <p>A numeração a ser fornecida será definida quando da ocorrência de cada contratação.</p> <p>Modelo de referência: Democrata lounge ou similar.</p>		
2	CINTO SOCIAL EM COURO 100%	Cinto esporte fino; cor preta; confeccionado em couro legítimo; costurado sem emendas; polido; fivela cromada com tratamento antiferrugem; dotado de um passante também em couro; medindo 3cm (três centímetros) de largura e comprimento total nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.	70 unidades	R\$
3	GRAVATA	Gravata de Jacquard , 100% poliéster fio tinto; entretela dupla; forro pontilhado; comprimento padrão mundial; etiqueta de composição e de marca bordadas; comprimento mínimo de 150cm; modelo de amarrar; cor e estampa a escolher, devendo possuir design moderno.	70 unidades	R\$
4	COSTUME	<p>Costume Masculino "Slim FIT ou MÉDIO", corte italiano, composto por blazer e calça nas cores preta ou cinza com, no mínimo, os seguintes requisitos:</p> <p>Blazer com modelagem Slim Fit; confeccionado em tecido PV composto por 65% de poliéster e 35% de viscose, a fim de confortar e proporcionar sensação de bem estar. Mangas longas; três bolsos frontais embutidos, sendo dois na parte inferior fechados por lapela e um na altura do tórax com acabamento invisível, que agregue estilo e praticidade à peça clássica; fechamento frontal por 02 botões, que facilita o vestir e possibilita a variação de uso; ilhargas e flancos com possibilidade de ajustes futuros. Forro de poliviscose com 52% poliéster e 48% viscose em cor compatível com a cor do tecido principal, prega na parte traseira do forro. Forro dos bolsos em poliviscose; dois bolsos na parte interna do duque (paletó/blazer), sendo um do lado direito e outro do lado esquerdo, com forro em acabamento com mesmo tecido principal; acabamento em travete.</p> <p>Calça Social com modelagem reta, em tecido e cor idêntica à do blazer; com dois bolsos tipo faca, acabamento em travete, dois bolsos traseiros com caseados na vertical e um botão corozo em cada bolso; forro em algodão e poliéster; parte interna do cóis forrado com algodão e em cor compatível com a do tecido principal; botão interno de adaptação; sobra de 4cm de tecido no cóis e na altura do quadril para ajustes futuros, se necessário; cóis que abriga seis passantes finos; zíper em poliéster antiferrugem com deslizamento prático; cor idêntica à do paletó.</p> <p>As peças deverão preservar as seguintes</p>	70 unidades	R\$

		<p>características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 46 a 60.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>		
5	CAMISA SOCIAL	<p>Camisa tipo "sport fino", 100% algodão, maquetado, fio 80, com barbatana removível; manga longa; corte "slim fit", que mantenha as seguintes características: permita a transpiração do corpo; apresente propriedades térmicas; modelagem que ajuste ao corpo; boa resistência; durabilidade; baixíssimo índice de encolhimento; deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e o número do manequim, que irá variar entre 1 a 5.</p> <p>As cores e tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>	70 unidades	R\$
6	CALÇA OPERACIONAL	<p>Calça operacional confeccionada em tecido RIP STOP composto de 67% poliéster e 33% algodão do tipo Santista ou superior; cor preta; com proteção UV (ultra violeta) garantindo o não desbotamento. Deverá conter etiqueta do fabricante e o número do manequim, que irá variar entre 38 ao 52. Modelo reta, folgada até abaixo do joelho com comprimento da cintura até a bainha, de forma a ser utilizada sobre o coturno. Costura em ponto corrente três agulhas nas pernas, entrepernas e fechamento gancho interloc. Reforço de proteção nos joelhos. Tiras de ajuste na cintura, fechamento de cócs, bolsos, tampas, vista, gancho frontal e aplicação de reforço com pesponto duplo e travetes nos pontos vulneráveis (vista, passantes, canto de bolsos e junção das ilharças).</p> <p>Dotada de 08 (oito) bolsos, sendo: dois bolsos frontais, embutidos, medindo (8 x 13)cm, para celular e canivetes; dois bolsos na frente, tipo faca, com abertura de 19cm; dois bolsos laterais, tipo fole, na altura da coxa, posicionados com centro na costura lateral da perna, iniciando 22cm da base do cócs, com tampa reta (7 x 18)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna, 18cm de largura, 20cm de comprimento e 3cm de fole, duas pregas paralelas distantes 4cm com profundidade de 8mm cada; dois bolsos traseiros embutidos, com tampa, iniciando 5cm da base do cócs, com altura de 15cm e largura de 14cm, com tampa reta (14 x 5)cm e abotoada com sistema de velcro na parte interna.</p> <p>A calça deverá conter dois tipos de passadores:</p> <p>a) sete unidades, medindo externamente (4,5 x 1,5)cm, sendo dois na frente, um em cada lateral e</p>	70 unidades	R\$

		<p>três atrás;</p> <p>b) cinco unidades medindo externamente (6 x 3)cm, permitindo passagem de cinto de até 5 cm, sendo dois na frente e três atrás; cós fixo duplo de 3,5cm, fechado por botão de 15mm; vista fechada com zíper reforçado, boca da calça com 21cm, aproximadamente.</p> <p>Os tamanhos a serem fornecidos serão definidos quando da ocorrência de cada contratação e o modelo deverá ser conforme o constante do ANEXO B do Termo de Referência.</p>		
7	CINTO NÁILON PARA CALÇA TÁTICA COM BRASÃO	<p>Cinto confeccionado em correia de náilon, de forma plana, lisa e com duas ourelas, com largura de 35 mm e espessura de 2,5 mm; a fivela PRETA terá ao seu centro o BRASÃO da Segurança do TRT (ANEXO A do Termo de Referência) gravado em alto-relevo, constituindo-se de uma chapa ligeiramente abaulada e retangular confeccionada em latão preto em cujas extremidades estarão embutidas as duas presilhas em forma de mordentes; nos lados de maiores dimensões, a chapa apresentará duas dobras recortadas e com as arestas arredondadas, em cujas extremidades estarão vazados os olhais de articulação das presilhas; as presilhas são do mesmo material, constituindo-se, cada uma, de lâmina dobrada em ângulo agudo, sendo um lado recortado na forma de dentes, para aprisionar o cinto, e o outro lado servindo de alavanca; nas extremidades das presilhas, pequenas espigas se articulam à fivela; conforme modelo do ANEXO D do Termo de Referência. e comprimentos nos tamanhos P, M, G e GG, que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>	70 unidades	R\$
8	GANDOLA	<p>Gandola confeccionada em tecido RIP-STOP 67% algodão e 33% poliéster, com proteção contra raios solares UVA e UVB; com 4 bolsos frontais com tampa, sendo 2 superiores e 2 inferiores; reforço no cotovelo; regulagem de punho através de botões; botões de fechamento frontal escondidos; cor preta; modelagem padrão BDU (Battle Dress Uniform); parte alta da manga esquerda com brasão, conforme modelo do ANEXO A do Termo de Referência; manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio; nas costas, a inscrição emborrachada "AGENTE" com 5cm na altura da fonte na cor CO M20 Y60 K20, conforme ANEXO F do Termo de Referência..</p> <p>Bolsos Frontais (medidas aproximadas): Bolso Superior: (14,5 x 15,5)cm Bolso Inferior: (18,5 x 19,5)cm</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e os</p>	25 unidades	R\$

		tamanhos dos manequins (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.		
9	CAMISETA	<p>Camiseta produzida em malha 100% algodão com fio 30.1 penteado; acabamento em costura dupla; gola de ribana dupla com composição 96% algodão e 4% elastano; mangas curtas; cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A do Termo de Referência, nas dimensões (10 x 7,5)cm.</p> <p>As peças deverão preservar as seguintes características: boa resistência; durabilidade; baixo índice de encolhimento; secagem rápida; modelagem mais ajustada ao corpo.</p> <p>Deverá conter etiqueta do fabricante e o tamanho do manequim (P, M, G e GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>	45 unidades	R\$
10	CAMISA GOLA PÓLO	<p>Camisa gola Polo confeccionada em tecido malha Piquet (50% algodão e 50% poliéster), na cor preta. Parte frontal com brasão no lado esquerdo do peito, conforme modelo do ANEXO A do Termo de Referência, nas dimensões (10 x 7,5)cm. Manga esquerda contendo a sigla "TRT 18ª REGIÃO", com 1 cm na altura da fonte e de cor dourada, e o logotipo do TRT conforme ANEXO C do Termo de Referência, perfazendo o conjunto as dimensões de (8 X 6)cm. Manga direita contendo a bandeira nacional nas cores originais e com dimensões (4 X 6)cm, tudo em bordado ponto cheio. Nas costas da camisa, a escrita emborrachada "AGENTE" com 5 cm na altura da fonte, conforme ANEXO F do Termo de Referência, na cor CO M20 Y60 K20. Deverá conter etiqueta do fabricante com a composição do tecido e os tamanhos dos manequins (P, M, G ou GG), que serão definidos quando da ocorrência de cada contratação.</p>	220 unidades	R\$

Observação: Os tamanhos serão definidos conforme a necessidade.

O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

As especificações técnicas, assim como todas as obrigações e condições descritas no Edital, no Termo de Referência e na proposta de preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de Goiás, com exclusão de qualquer outro.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e da Empresa _____.

Pelo TRT 18ª Região:

DIRETOR-GERAL
(assinado eletronicamente)

Pela empresa:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(assinado eletronicamente)

ANEXO III**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO****TERMO DE CADASTRO E RESPONSABILIDADE**

Visando atender ao disposto no item 8.8 do Edital do Pregão Eletrônico nº 037/2018, eu, _____, representante legal da empresa _____, forneço os dados abaixo para a criação de *login* e senha no Sistema de Controle de Documentos Avulsos (SISDOC) do TRT18:

CPF: _____

E-mail individual do representante da empresa: _____

Telefone de contato: _____

Endereço (com o CEP): _____

Declaro, para os devidos fins, que tenho ciência que o *login* e senha a serem criados pela Secretaria de Licitações e Contratos do TRT18 serão enviados diretamente para o e-mail informado acima, bem como sou responsável pelo uso e guarda da senha fornecida.

Declaro, por fim, responsabilizar-me pelo uso adequado das informações e documentos que terei acesso pelo Sistema.

Assinatura do representante legal da empresa